



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 21/XI/ 1.ª SL

Aos 30 dias do mês de Março de 2010, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

Audição à Dra. Maria Eugénia Martins de Nazaré Ribeiro, no âmbito do processo de nomeação da Juíza do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias, nos termos da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto.

II Parte

1. Preparação da participação da delegação da CAE à XLIIIª COSAC, em Madrid, de 30 de Maio a 1 de Junho;

2. Preparação da Visita de Trabalho ao Parlamento da Turquia;

3. Distribuição dos Relatórios/Pareceres das Comissões especializadas permanentes (CAOPTL) sobre o acompanhamento das iniciativas da Comissão Europeia:

- COM (2010) 67 - "Posição do Conselho, e primeira leitura, referente à adopção da Directiva do PE e do Conselho relativa às emissões industriais" (prevenção e controlo integrados da poluição) (Reformulação);
- COM (2009) 469 Final - Relatório da Comissão ao Conselho, ao PE, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, relativo à aplicação e eficácia da Directiva Avaliação Ambiental Estratégica (Directiva/42/CE);
- COM (2010) 004 Final - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões «Opções para uma visão e meta da EU para a biodiversidade após 2010»;

4. Distribuição e nomeação de Deputado Relator da iniciativa de Comissão Europeia no âmbito do escrutínio de iniciativas Europeias:

- COM (2010) 83 Final - Proposta de Regulamento que estabelece as regras e os princípios gerais relativos aos mecanismos de controlo pelos Estados-Membros do exercício das competências da execução pela Comissão;

5. Apreciação e votação de Pareceres da 12ª CAOTPL elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas Europeias:

- COM (2009) 589 final - Sobre "Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões Monitorização Global do Ambiente e Segurança (GMES): Desafios e Próximas Etapas para a Componente Espacial";
- COM (2009) 485 FINAL - Proposta de Decisão do Conselho que estabelece a posição a adoptar pela Comunidade na Comissão para a Conservação da Fauna e da Flora Marinhas da Antártica;

6. Distribuição do Relatório do Governo sobre o acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção União Europeia, relativo ao ano de 2009;

7. Apreciação e aprovação das actas n.º 18 de 16.03.2010, n.º 19 e n.º 20, ambas, de 23.03.2010.

O Sr. Presidente da Comissão, Deputado Vitalino Canas (PS), iniciou a reunião dando as boas-vindas à Sra. Dra. Maria Eugénia Martins de Nazaré Ribeiro, Juíza do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeia.

Relativamente à audição em causa, que foi integralmente gravada em suporte áudio e ficará acessível na Internet, na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede, o Sr. Presidente explicitou que se tratava de audição no âmbito do processo de selecção, nomeação ou designação de personalidades para cargos de natureza jurisdicional da União Europeia prevista na Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, e referenciou que a Comissão tinha deliberado, dado tratar-se de recondução, prescindir da indicação pelo Governo de outros dois nomes. De seguida, antes de dar a palavra à Sra. Dra. Maria Eugénia Nazaré Ribeiro referiu alguns aspectos do seu curriculum vitae.

A Sra. Dra. Maria Eugénia Nazaré Ribeiro fez uma breve exposição sobre o seu percurso profissional junto das instâncias europeias, enfatizando a sua experiência como referendária do Dr. Martinho de Almeida e depois como Juíza do Tribunal. Relativamente a este aspecto mencionou a sua condição de presidente de secção do Tribunal e referiu os tipos de contencioso mais comuns. De seguida, referiu diversos aspectos da organização do tribunal, nomeadamente, aspectos ligados ao seu funcionamento e aos julgamentos propriamente ditos.

O Sr. Presidente da Comissão começou por referir que se trata de uma oportunidade única para compreender o funcionamento da jurisdição europeia e aproveitou para colocar algumas questões sobre os novos poderes dos Parlamentos nacionais em matéria de contencioso europeu, bem como sobre o trabalho dos juízes e a repartição de competências entre o tribunal Geral e o Tribunal de Justiça.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) que começou por agradecer a presença da Sra. Dra. Juíza e colocar algumas questões sobre o contencioso e os eventuais reflexos da entrada em vigor do Tratado de Lisboa na actividade do Tribunal.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) começou por tecer alguns comentários sobre o Programa de Estocolmo e solicitou esclarecimentos sobre a articulação entre o Direito interno e o Direito europeu. Aproveitou ainda para perguntar sobre o número de casos intentados por cidadãos ou empresas portuguesas.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) pediu a palavra para comentar o acréscimo do número de portugueses a recorrerem ao tribunal de justiça e sobre o acesso , em geral, dos cidadãos europeus ao Tribunal, solicitando comentários sobre estes aspectos.

A Sra. Dra. Maria Eugénia Nazaré Ribeiro respondeu a todas as questões colocadas, aproveitando para se referir às questões prejudiciais presentes ao Tribunal, ao papel dos tribunais nacionais, às relações entre os cidadãos e o Tribunal, ao papel da jurisprudência no quadro do Direito europeu, bem como para fornecer referências sobre o número de processo em língua portuguesa e o número de casos, em média, atribuídos a cada juiz, entre outros aspectos.

O Sr. Presidente da Comissão agradeceu os esclarecimentos prestados e questionou sobre os mecanismos ao dispor do Tribunal para dar publicidade ao seu trabalho. Em resposta, a Sra. Dra. Maria Eugénia Nazaré Ribeiro referiu que todas as decisões são disponibilizadas na página da internet do Tribunal, estando acessíveis a todos os interessados. Do mesmo modo, referiu que existem estágios junto do Tribunal por parte de Juízes portugueses.

O Sr. Presidente da Comissão agradeceu a presença da Sra. Dra. Maria Eugénia Nazaré Ribeiro e, antes de concluir a primeira parte da Ordem do Dia, deixou em aberto a possibilidade de, no futuro, o Parlamento português poder ter uma iniciativa com vista a divulgar o papel do Tribunal e as formas de acesso a ele.

Na segunda parte da reunião, o Sr. Presidente da Comissão referiu-se à delegação da Comissão de Assuntos Europeus à COSAC XLIII e à necessidade de estabelecer as regras da composição da mesma. Nesse âmbito referiu que na anterior Legislatura, a delegação era composta pelo Presidente, dois Deputados do PS, dois Deputados do PSD e, em alternância, um Deputado do CDS-PP ou do PCP. Atendendo à composição da Assembleia da República, nesta Legislatura, referiu que poderia ser mantida a regra existente, sendo que o sexto membro seria, em alternância, um Deputado do CDS-PP, do BE ou do PCP. Antes de dar a palavra, referiu que esta decisão tem de ser tomada antes de dia 15 de Abril de 2010, altura em que tem de ser comunicada à COSAC a composição da delegação.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) solicitou a palavra para referir que, de facto, na Legislatura anterior existia o princípio da rotação, que era gerido entre o CDS-PP e o PCP, no entanto, as últimas eleições legislativas acarretaram uma alteração de circunstâncias a que a composição da delegação à COSAC não pode ser alheia. No seu entender, os resultados eleitorais podem suscitar dúvidas sobre a manutenção

de três deputados do PS na delegação, até porque, ao contrário do referido pelo Presidente da Comissão, a regra vigente não era o presidente e dois deputados do PS, mas sim três deputados do PS. A esse propósito recordou a COSAC em Praga, na qual a delegação foi chefiada pelo Sr. Deputado Luís Pais Antunes (PSD), na altura vice-presidente da Comissão, a qual era composta por três deputados do PS, dois do PSD e um do PCP. Pelo exposto, colocou à consideração dos restantes Deputados ponderar-se uma alteração da regra de composição da delegação.

O Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP) começou por referir que não tem a experiência do Sr. Deputado Honório Novo (PCP) em relação ao funcionamento da Comissão de Assuntos Europeus, mais concretamente, em relação à composição da delegação à COSAC, mas mostrou-se sensibilizado pelos argumentos referidos. Aliás considerou que a delegação deveria ser o mais abrangente possível e colocou a possibilidade de poder ir um Deputado por cada Grupo Parlamentar representado na Comissão e ainda o Presidente.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) começou por demonstrar compreensão pelas posições apresentadas, mas sugeriu que esta questão fosse adiada para uma próxima reunião para permitir alguma reflexão sobre as várias possibilidades existentes.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) solicitou a palavra para referir que concordava com o adiamento deste ponto da Ordem do Dia para uma próxima reunião, até porque a coordenadora do Grupo Parlamentar do PS não se encontrava presente nesta reunião. No entanto, referiu que seria importante tentar atingir um consenso sobre esta matéria e que a decisão possa assegurar a proporcionalidade e a abrangência necessárias.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) pediu a palavra para solicitar ao Sr. Deputado Honório Novo (PCP), que tendo em conta que levantou a questão sobre a composição da delegação, se teria alguma sugestão alternativa à apresentada pelo Presidente da Comissão.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) referiu que deveria ser uma delegação representativa da nova composição da Assembleia da República e que deveria ser pensada por todos.

O Sr. Presidente da Comissão começou por referir que não lhe parece que seja defensável outro modelo, para lá do existente, por um lado, porque não acredita que o Grupo Parlamentar do PS aceite ficar com 2 Deputados e os outros quatro

sejam entregues à oposição e, por outro lado, porque também não acredita que os Grupos Parlamentares do PS e PSD abdicuem, cada um, de um Deputado para garantir a representatividade de todos os Grupos Parlamentares na delegação. Acrescentou ainda que a delegação deve espelhar a realidade do país representado e representar a instituição parlamentar.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) referiu que uma delegação parlamentar não pode, de forma alguma, independentemente da sua constituição, subverter a representação da Assembleia da República. Pelo que, considerou ser uma falsa a questão da composição da delegação influir na posição que assuma. No entanto, referiu que não existe apenas um modelo de composição, mas sim vários. Sugeriu então que a delegação poderia ser composta por dois Deputados do PS, dois Deputados do PSD, 1 Deputado do CDS-PP e 1 Deputado, em alternância, do BE ou do PCP, sendo atribuída a presidência da delegação ao Presidente da Comissão ou na sua ausência a um dos Vice-Presidentes. No entanto, concordou que a decisão deveria ser tomada por consenso e que deveria ser adiada para a próxima reunião.

O Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP) pediu a palavra para referir que o CDS-PP não tem qualquer objecção em secundar a proposta efectuada pelo PCP, pois considera que esta reflecte melhor a actual composição da Assembleia da República.

O Sr. Presidente da Comissão concluiu este ponto da Ordem do Dia, adiando a questão para uma próxima reunião.

No segundo ponto da segunda parte da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Comissão referiu a propósito da visita de trabalho à Turquia, que a mesma tinha sido autorizada por S. Exa. o Presidente da Assembleia da República e que importava estabilizar as datas da deslocação, bem como o programa da visita. Relativamente a estes aspectos, deu conta que uma possibilidade seria a deslocação decorrer entre 13 e 16 de Junho, incluindo deslocações a Ankara e a Istambul. No seu entender, a visita a Ankara poderia ter uma componente mais institucional, designadamente, com reuniões no Parlamento (eventualmente com o Presidente da Grande Assembleia Nacional e com a Comissão homóloga), com o membro do Governo responsável pela adesão à União Europeia e com o Chefe da Delegação da UE na Turquia. No que diz respeito à Istambul, sugeriu que poderiam ser encetados contactos com membros das Universidades, com a sociedade civil (nomeadamente, "Think-tanks" relacionados com assuntos europeus) e com membros da Agência Istambul 2010 – Capital Europeia da Cultura. No entanto,

enfatizou que esta era apenas uma sugestão e que era importante receber contributos dos Grupos Parlamentares sobre o programa da visita.

Os Srs. Deputados Honório Novo (PCP), João Serpa Oliva (CDS-PP) e Luís Rodrigues (PSD), em nome dos seus Grupos Parlamentares concordaram com as datas propostas e podem, eventualmente, apresentar sugestões quanto ao programa brevemente.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Comissão distribuiu para elaboração de Parecer da Comissão de Assuntos Europeus, os relatórios da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local sobre a COM (2010) 67 - "Posição do Conselho, e primeira leitura, referente à adopção da Directiva do PE e do Conselho relativa às emissões industriais" (prevenção e controlo integrados da poluição) (Reformulação) ao Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD); sobre a COM (2009) 469 Final - Relatório da Comissão ao Conselho, ao PE, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, relativo à aplicação e eficácia da Directiva Avaliação Ambiental Estratégica (Directiva/42/CE) e sobre COM (2010) 004 Final - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões «Opções para uma visão e meta da EU para a biodiversidade após 2010», respectivamente, ao CDS-PP e ao PS, tendo ambos os Grupos Parlamentares ficado de indicar posteriormente o Deputado Autor de Parecer.

No ponto quatro da segunda parte da Ordem do Dia, a elaboração de Parecer sobre a Proposta de Regulamento que estabelece as regras e os princípios gerais relativos aos mecanismos de controlo pelos Estados-Membros do exercício das competências da execução pela Comissão [COM (2010) 83 Final] caberia PS, que referiu que indicaria posteriormente o Deputado Autor de Parecer.

Relativamente ao ponto cinco da segunda parte da Ordem do Dia, o mesmo foi adiado por não se verificar o quorum de deliberação necessário nos termos do Regimento da Assembleia da República e do Regulamento da Comissão.

No ponto seguinte, o PS indicou como Deputada autora do Parecer sobre o Relatório do Governo "Portugal na União Europeia - 2009", a Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS).

Finalmente, o último ponto da Ordem do Dia foi também adiado por não se verificar o quorum de deliberação necessário nos termos do Regimento da Assembleia da República e do Regulamento da Comissão.

A reunião foi encerrada às 12:45 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de Abril de 2010.

O PRESIDENTE



(VITALINO CANAS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Arménio Santos
Honório Novo
João Serpa Oliva
Luís Rodrigues
Manuel Seabra
Miguel Vale Almeida
Paulo Pisco
Pedro Brandão Rodrigues
Vitalino Canas
João Paulo Pedrosa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Carlos Costa Neves
Carlos Páscoa Gonçalves
José de Bianchi
José Ferreira Gomes
Pedro Duarte
Sérgio Sousa Pinto
Vânia Jesus

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Cecília Honório
José Ribeiro
Luísa Roseira